

Notícias Sindicais, 08/01/14

Diap, 08/01/14

Pacto para redução da jornada de trabalho pode ser votado no Senado Federal

Em dezembro de 2013 o senador Walter Pinheiro (PT-BA) apresentou parecer ao PLS 254/2005, do senador Paulo Paim (PT-RS), que trata do Pacto Empresarial do Pleno Emprego (Pepe) com objetivo de reduzir a jornada de trabalho, sem redução de salário.

O substitutivo, que poderá ser votado neste primeiro semestre pela Comissão de Constituição e Justiça, modifica vários pontos do projeto original. Dentre eles, a jornada de trabalho que passou de 36 horas para 40 horas semanais sem redução salarial.

Contratações

O relatório prevê também que as contratações por prazo determinado devem ser previamente autorizadas em convenções ou acordos coletivos de trabalho. Além disso, devem representar um acréscimo sobre os empregados contratados antes do Pacto Empresarial do Pleno Emprego (Pepe).

Incentivos

Como forma de estimular as novas contratações, o parecer do senador Pinheiro cria vários mecanismos de compensação, como a redução de 50% do valor das alíquotas das contribuições ao Sistema "S", como os Serviços Sociais da Indústria e do Comércio - Sesi e Sesc - e redução das contribuições para o salário educação e para o financiamento do seguro de acidente do trabalho.

Portal CTB

Petroleiros da Empercom seguem em greve por tempo indeterminado no RN

Os petroleiros e petroleiras da Empercom, no Rio Grande do Norte, voltaram a entrar em greve. O movimento teve continuidade no último dia 31 de dezembro e segue por tempo indeterminado, após ter sido suspenso em razão de uma decisão judicial, que declarou ilegal a greve, iniciada no último dia 23.

A Empresa segue sem pagar férias, ticket-alimentação, produtividade e ajuda de custo, caracterizando o descumprimento do Acordo Coletivo 2012/2013, ainda em vigor. Sem previsão para receber o montante, os funcionários da Empresa da Base-34, Canto do Amaro e Fazenda Belém entenderam que a única forma de garantir o cumprimento dos respectivos direitos trabalhistas é a greve.

Os trabalhadores reivindicam, ainda, o cumprimento de promessas como o regramento da semana espanhola e o pagamento das rescisões dos demitidos. Somem-se a isto os descontos irregulares que foram executados pela Empercom referentes ao Plano de Saúde, além da falta de repasse dos valores descontados, a título de empréstimo consignado, à instituição financeira.

Fonte: Sindipetro-RN

Instituto do Observatório Social

Fim ao preconceito nas relações de trabalho será votada no Congresso em março

Com quase oito anos em tramitação no Congresso, a proposta que pretende pôr fim ao preconceito nas relações de trabalho, aprimorando a legislação sobre crimes de preconceito (Lei 7.716, de 1989) avançou em 2013 e deve passar por votação no plenário da Câmara quando o ano legislativo recomençar, em fevereiro. Se a proposta for aprovada, volta para a análise de senadores que terão que se debruçar sobre as mudanças feitas pelos deputados.

Um texto aprovado na segunda quinzena de dezembro pelos deputados da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara amplia as situações que podem ser consideradas crimes de preconceito e agrava, em alguns casos, as penas para quem praticá-los.

Pela proposta, quem deixar de contratar alguém, dificultar a contratação ou barrar uma promoção funcional por motivo de preconceito poderá ser condenado a pena de prisão de dois a cinco anos, além de ter que pagar multa. A medida valerá para qualquer discriminação por questão de raça, cor, sexo, religião, aparência, condição social, descendência, origem nacional ou étnica, idade ou pessoa com deficiência.

O substitutivo aprovado na comissão, apresentado pelo relator da proposta, deputado Henrique Afonso (PV-AC), altera texto elaborado, em 2005. A ideia é que a pena para qualquer caso de discriminação no ambiente de trabalho seja equiparada aos crimes de preconceito. Quando envolver cargos, funções e contratos da administração pública, a pena passará a variar entre dois anos e oito meses a seis anos e oito meses.

Há penalidade prevista ainda para quem fabricar e distribuir símbolos, emblemas e propagandas que usam a cruz suástica, como forma de divulgar o nazismo. Se for divulgada em meios de comunicação, publicações ou pela internet, a pena é aumentada em um terço.

Para o relator, houve melhoramentos na lei ao longo dos anos, como inclusão do crime de injúria qualificada por motivação racial, étnica, religiosa ou de origem. Porém, a punição para alguns casos continua vaga. "Vários casos graves de discriminação, em vez de serem enquadrados pelos tribunais brasileiros nos crimes previstos, eram desclassificados para crimes comuns estabelecidos no Código Penal".

A proposta estabelece ainda que o crime poderá ser julgado por júri popular, com o intuito de inibir este tipo de ação criminosa. Nos casos em que forem registradas lesões corporais, de qualquer gravidade, o juiz ou o júri podem definir penas, de um ano a 16 anos de reclusão. Se o agressor matar a vítima, poderá ser condenado, a pelo menos, 12 anos de reclusão, podendo chegar a 30 anos.

Por: Agência Brasil

Instituto do Observatório Social

Metalúrgicos cobram ministro do Trabalho medidas contra demissões na GM

Representantes dos trabalhadores da General Motors em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, reuniram-se na segunda-feira (6) com o ministro do Trabalho, Manoel Dias, para cobrar medidas contra as demissões na montadora, após fechamento do setor de Montagem de Veículos Automotores (MVA) na unidade do interior paulista.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Antonio Ferreira de Barros, o Macapá, Dias comprometeu-se a conversar com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. "Não é possível que o governo autorize uma empresa beneficiada com incentivos fiscais a demitir em massa no nosso país", disse Macapá, ao informar que somente nos últimos dois anos, cerca de R\$ 6,7 bilhões deixaram de ser arrecadados com o programa de redução do imposto no setor automobilístico.

"São investimentos que poderiam ir para a saúde, educação, transporte. As multinacionais não precisam dessa ajuda e o mínimo que governo tem de fazer é garantir os empregos dos trabalhadores".

Nesta quarta-feira (8), às 10h, os trabalhadores farão uma assembleia na sede do sindicato. Eles também realizar uma passeata. Os sindicalistas querem a suspensão das demissões e estabilidade de emprego.

Os representantes do sindicato ainda não sabem informar quantos trabalhadores foram demitidos. "Estamos recebendo ligações diárias de trabalhadores informando o desligamento, mas a GM não informou o número de demissões. Nós, do sindicato, sequer fomos informados", disse Macapá.

Segundo informações do sindicato, são 6,6 mil trabalhadores em toda a fábrica de São José. No dia 28 de dezembro, os sindicalistas solicitaram um encontro com representantes da empresa, mas não tiveram retorno.

Os trabalhadores também cobraram, em reunião realizada na sexta (3) com o secretário estadual do Emprego e Relações de Trabalho, Tadeu Moraes, uma posição do governo paulista. Segundo nota da secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, o secretário afirmou que vai intermediar um encontro do sindicato com Luiz Moan, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e diretor de Assuntos Institucionais da GM.

"Fiz minha vida profissional apoiado na luta a favor dos trabalhadores, e sei que o governador Geraldo Alckmin quer estar ao lado dos demitidos nesse momento e oferecer a melhor alternativa possível", disse Moraes em nota.

Histórico

As demissões na montadora ocorreram após a suspensão da produção do veículo Classic e fechamento do setor conhecido como MVA. Em agosto do ano passado, a montadora já havia decidido romper um acordo firmado com o sindicato, em janeiro, que assegurava a manutenção dos postos de trabalho no setor e produção do Classic, até o final de dezembro de 2013, mas retomou a produção do carro, após a mobilização dos trabalhadores.

Em setembro, a GM anunciou a abertura de um plano de demissões voluntárias (PDV) em todos os setores da fábrica. Os trabalhadores do MVA que não optassem pela adesão ao PDV teriam licença remunerada até 31 de dezembro. Segundo informações do sindicato, 304 trabalhadores aderiram ao PDV.

No dia 20 de dezembro, metalúrgicos receberam um telegrama da empresa, que concedia férias coletivas até dia 19 de janeiro e informava sobre o retorno ao trabalho no dia 20, mas após uma semana todos os funcionários receberam uma carta comunicando a demissão.

Segundo os trabalhadores, em junho, foi assinado um acordo para que a montadora investisse R\$ 2,5 bilhões em uma nova fábrica na região, o que poderia criar 2500 empregos. "Cobramos que governo pressione a GM cumprir sua parte do acordo", disse Macapá.
Por: Rede Brasil Atual

Agência Brasil, 08/01/14

Indústria automobilística fecha 2013 com crescimento de 9,9% na produção

Marli Moreira - *Repórter da Agência Brasil*

São Paulo – A indústria automobilística encerrou 2013 com produção de 3,7 milhões de veículos, o que representa aumento de 9,9% na comparação com 2012 e indica o melhor desempenho da história do setor. Em dezembro, no entanto, a produção recuou 18,6% sobre o mês anterior e 12,1% abaixo de dezembro de 2012. Os dados foram divulgados hoje (7) pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O total de veículos novos nacionais licenciados também obteve desempenho recorde, com um total de 3,06 milhões de unidades, resultado 1,5% acima de 2012. Em dezembro, os licenciamentos cresceram 17% na comparação com novembro. Na comparação com dezembro de 2012, o movimento ficou estável, com variação de 0,1%.

Incluindo os emplacamentos de automóveis importados, o total de veículos vendidos subiu para 3,7 milhões de unidades, quantidade 0,9% inferior à de 2012. A participação dos importados no licenciamento ficou em 18,8%, ante 20,7% no ano anterior.

As exportações em 2013 atingiram o melhor desempenho da história, com crescimento de 13,5%, totalizando US\$ 16,5 milhões.

Portal Mundo Sindical

Ministério do Trabalho estuda formar força-tarefa para avaliar demissões na GM

A demissão de funcionários da GM de São José dos Campos (SP) foi parar na pauta de Brasília. Na manhã desta segunda-feira (6), o ministro do Trabalho, Manoel Dias, recebeu representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região para discutir o caso. A intenção dos sindicalistas era conseguir uma agenda com a presidente Dilma Rousseff. No entanto, segundo os metalúrgicos, a secretaria geral da presidência seguiu em recesso.

O encontro durou o dia inteiro, mas segundo o secretário-geral do sindicato, Luis Carlos Prates, o Mancha, o avanço foi pequeno. "O ministro ficou de nos dar uma resposta dentro de três dias sobre a criação de uma força-tarefa para avaliar o caso", explica. A intenção de Dias é se juntar ao Ministério da Fazenda para avaliar a situação.

O principal argumento dos sindicalistas foi de que a empresa não estaria autorizada a demitir funcionários, uma vez que ainda é beneficiada pela isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Acordos

O encerramento da linha do Classic, que teria motivado todas essas demissões, já estava previsto no acordo entre GM e sindicato. No entanto, Mancha ressalta que no documento não havia nada referente às demissões. "Eles queriam encerrar a linha já no meio do ano, nós nos movimentamos para que fosse mantida até dezembro. Expirado esse prazo, não estava escrito sobre o que aconteceria", diz o líder sindical.

Mancha afirma, também, que nem todos os funcionários demitidos fazem parte da linha de produção do Classic – que será transferida para a Argentina. Em junho, segundo o sindicalista, a empresa tinha um excedente de 1.840 contratados e até novembro 1.600 postos de trabalho já teriam sido encerrados por meio de demissões ou Programas de Demissão Voluntária (PDVs). "Até agora a empresa não falou quantos foram, afinal", diz.

Na sexta-feira (3), o diretor de Assuntos Institucionais da GM, Luiz Moan foi convidado a prestar esclarecimentos ao ministro da Fazenda, Guido Mantega. Após o encontro de pouco mais de meia hora, o executivo afirmou à imprensa que ao longo do ano foram 1.053 demitidos. Ao iG, Moan destacou que o acordo firmado entre governo e Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) – instituição que preside – era de manutenção do emprego nos níveis de maio de 2012, de 145 mil vagas.

Em novembro de 2013, a última medição apontou 155 mil empregados no setor. "Eles estão no direito deles de agir e entrar na justiça contra a montadora", disse Moan, que descartou a reversão.

A empresa ressalta que "foram usadas todas as alternativas trabalhistas, como férias coletivas, plano de demissão voluntária, lay off e licença remunerada, para minimizar impactos para nossos trabalhadores".

Fonte: Bárbara Ladeia/IG São Paulo - 07/01/2014

Portal Mundo Sindical

Movimento sindical acredita na redução de jornada para 40 horas neste ano eleitoral

O movimento sindical acredita na redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial, este ano. O fato de ser ano eleitoral vai colaborar para acelerar o processo de aprovação dessa proposta, que é uma das principais bandeiras do sindicalismo brasileiro, afirma Idelmar da Mota Lima, presidente da Força Sindical Regional Mato Grosso do Sul e presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços de Mato Grosso do Sul – Fetracom/MS.

Outro importante fator que sustenta essa mudança no mercado de trabalho, segundo Idelmar, diz respeito à evolução das formas de produção. “Hoje um profissional produz muito mais em quase todos os setores do que os mesmos profissionais de anos atrás. Isto se deve principalmente aos avanços tecnológicos que permitem produções mais rápidas e de qualidade”, afirmou no sindicalista.

Aproveitando o ano de eleição, o movimento sindical, encabeçado pelas centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores, vai pressionar a classe política para aprovar a redução da jornada. “Aqui em Mato Grosso do Sul e também no Congresso Nacional, vamos pressionar nossos senadores e deputados federais para alcançarmos esse objetivo antes das eleições de outubro”, afirmou Idelmar. Ele pede para os sindicalistas do Estado para que façam pressão aos seus parlamentares. “Se todos fizerem assim, em todos os Estados, essa matéria entra logo em pauta e certamente será aprovado”, afirma.

Em nota técnica, o Dieese levanta dezenas de argumentos que mostram a viabilidade e a urgência da redução da jornada. Os principais são os seguintes: os salários no Brasil são baixíssimos com relação a outros países; é falsa a informação que os encargos trabalhistas custam mensalmente para a empresa quase um salário a mais do trabalhador; o peso dos salários no custo da produção é baixo no Brasil, em torno de 22%, e uma redução de 9,09% na jornada (de 44 para 40 horas) representaria um custo de apenas 1, 99% na produção.

Os benefícios da redução da jornada, pelo contrário, serão enormes. A proposta tem potencial para gerar 2,5 milhões de empregos. A redução também possibilitará aos trabalhadores dedicar mais tempo à família, estudo, lazer e descanso, melhorando sua qualidade de vida. A combinação desses fatores tem o potencial de gerar um ciclo virtuoso de melhor qualificação de trabalhadores, aumento da renda do trabalho, aumento da competitividade de nossos produtos e crescimento econômico com distribuição de renda.

O presidente nacional da Força Sindical, Miguel Torres, afirmou esta semana que o sindicalismo brasileiro vai enfrentar grandes desafios em 2014. Além desse, de buscar a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial, será a luta pela manutenção da unidade de ação num ano marcado pelas eleições gerais. “Entendemos que os interesses partidários não poderão ultrapassar os interesses dos trabalhadores, para impedir a divisão do movimento sindical. Só assim será mantido o protagonismo das Centrais Sindicais tendo em vista a luta para emplacar a Agenda Unitária da Classe Trabalhadora e por um país mais justo”, afirmou.

Fonte: Wilson Aquino - 07/01/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores da Novatec paralisam atividades na Viabahia, na BR 324

Os trabalhadores da empresa Novatec que presta serviços para a Viabahia na BR 324 paralisaram as atividades no canteiro de obras, na segunda-feira (06), devido a problemas como atrasos no pagamento dos salários e do 13º.

As rescisões também não foram depositadas.

De acordo com o diretor financeiro e coordenador da Sub Sede de Feira de Santana do Sintepav Bahia, José Luiz, a Novatec e a Viabahia desrespeitam os direitos dos trabalhadores.

“A categoria não irá aceitar que seus direitos não sejam garantidos e manterá a paralisação até que os problemas sejam solucionados”, afirma Luiz.

Fonte: Assessoria de Comunicação do Sintepav BA publicado na Força Sindical-BA - 07/01/2014

Portal Gestão Sindical

Fórum Mundial discute os riscos de crises futuras

07/01/2014 por Diário do Comércio - MG

Os sinais de recuperação da economia dos Estados Unidos e da lenta saída da recessão na zona do euro não serão suficientes para reverter, no curto prazo, o mal-estar gerado pela escassez

de empregos, que afeta especialmente a população jovem dos países desenvolvidos. Também não vão aplacar os problemas sociais decorrentes da má distribuição de renda, que avança no planeta. Desemprego e renda são assuntos centrais deste ano, como duas variáveis com alto potencial de geração de crises, segundo o relatório tendências para 2014, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, WEF, na sigla em inglês.

Preocupações com o futuro estarão mais presentes nas discussões da entidade, que realiza encontro anual entre os dias 22 e 25 de janeiro, em Davos, na Suíça. Neste ano, 250 lideranças empresariais e governamentais, inclusive a presidente Dilma Rousseff, discutem o tema "A reformulação do mundo: consequências para a sociedade, para a política e para os negócios". "A reunião anual de 2014 irá explorar em profundidade as transformações sociais e políticas que ocorrem em todas as regiões do mundo", diz o documento de apresentação do evento.

A inquietação da sociedade, impactada pelo baixo crescimento dos mercados, preocupa os coordenadores da reunião de líderes. No relatório sobre as tendências globais, apresentado no final de 2013, o WEF destaca a perspectiva de evolução e ampliação das disparidades socioeconômicas em todo o planeta. Nos Estados Unidos, mais de 10 milhões de pessoas passaram a integrar a população de pobres desde 2008. Na União Europeia, um quarto da população, cerca de 125 milhões de pessoas, está em situação de risco de pobreza e exclusão social, segundo a agência de estatísticas Eurostat.

Há um consenso crescente, inclusive entre as lideranças empresariais, de que o aumento da diferença de renda e a crise crônica de falta de oportunidades de trabalho, definida pelo relatório como um "persistente desemprego estrutural", amplia a força das ondas de insatisfação social. Na Europa, 78% da população acreditam que o sistema econômico beneficia os mais ricos. Nos Estados Unidos, 60% dizem o mesmo. O WEF aponta para a redução na confiança nas políticas econômicas como uma tendência, paralela à descrença quanto à capacidade de representação das novas lideranças.

Helene Gayle, integrante do Conselho da Agenda Global sobre Pobreza e Desenvolvimento Sustentável, afirma, no relatório, que as pessoas em todo o mundo percebem ameaças crescentes à educação, renda e saúde, dando origem a movimentos que têm, como foco, a insatisfação com a disparidade de renda. "Durante a próxima década, particularmente em países em desenvolvimento, onde grande parte da população tem menos de 30 anos, a falta de acesso aos postos de trabalho vai aumentar os riscos de conflitos políticos e sociais", assinala. O jovem mostra a disposição em ocupar as ruas. "Eles sentem que não têm nada a perder. Muitos jovens adultos com formação universitária não conseguem encontrar empregos e alguns países têm mais de 50% de desemprego juvenil", salienta Helene Gayle.

Portal CTB

Além do Brasil, Uruguai, Colômbia, EUA e Índia irão às urnas em 2014

Depois de um ano em que Angela Merkel reafirmou seu poder na Alemanha e a eleição presidencial do Irã criou uma chance de pacificar uma das várias crises no Oriente Médio, outros pleitos podem afetar os rumos do mundo em 2014.

Três dos quatro países mais populosos do planeta vão às urnas neste ano. Na Índia, a corrupção deve ser o tema central da escolha do novo primeiro-ministro. Nos EUA, as eleições legislativas de meio de mandato vão acirrar ainda mais a rivalidade entre democratas e republicanos e afetar o mandato de Barack Obama. Na Indonésia, maior país muçulmano do mundo, um novo presidente tentará colocar a economia no rumo certo.

Na América Latina, a Colômbia vai se mostrar dividida entre o atual presidente, Juan Manuel Santos, e seu antecessor, Álvaro Uribe, enquanto no Uruguai José Mujica deve fazer seu sucessor.

Na África, a Líbia tenta estabelecer as bases de uma inédita democracia em um país de maioria árabe, enquanto a África do Sul tenta consolidar seu regime democrático. Na União Europeia, o Parlamento Europeu terá uma nova configuração, que pode trazer à tona alguns dos lados mais horrendos do bloco.

Abaixo, os oito principais pleitos do ano. As eleições legislativas e presidenciais do Brasil não entram na lista pois são, obviamente, as mais importantes para o brasileiro.

1) Estados Unidos – eleição legislativa

Depois de um 2013 em que o Congresso dos Estados Unidos teve seu ano mais inoperante desde a década de 1940, 2014 deve ser ainda pior. Engajados em uma disputa ideológica com contornos quase existenciais, republicanos e democratas devem passar os próximos meses se digladiando acerca de temas controversos, como o controle do porte de armas e a reforma no sistema de imigração, sem chegar a um acordo a respeito deles.

Isso porque nos próximos meses os parlamentares devem continuar a defender ideias radicais na tentativa de garantir os votos de seus eleitores para o pleito de novembro. As eleições,

conhecidas como de meio de mandato, devem afetar duramente a administração Barack Obama, que depois disso terá ainda mais dois anos para completar seu mandato. Se depois de novembro o presidente democrata se deparar com um Congresso dominado por republicanos, será desde então um presidente "pato manco", incapaz de realizar reformas que mudem os rumos do país.

2) União Europeia – eleição parlamentar

Entre 22 e 25 de maio os eleitores dos 22 países da União Europeia vão às urnas escolher os novos integrantes do Parlamento Europeu. Tradicionalmente, essas eleições costumam servir para os eleitores expressarem sua insatisfação com a UE, vista cada vez mais pelo eleitor comum como um antro de burocratas desconectados da realidade de um continente abalado pela crescente desigualdade social e por altos índices de desemprego.

Este contexto pode fazer com que candidatos extremistas (à esquerda e, principalmente, à direita) recebam muitos votos e ganhem palanque para divulgar suas ideias radicais. O possível radicalismo do Parlamento Europeu pode criar instabilidade, pois a partir deste ano o legislativo deve eleger o presidente da Comissão Europeia, cargo que em tese serve como o "Executivo" da UE. Ocorre que muitos governos nacionais, como o da Alemanha, exigem que a escolha seja aprovada por eles. Assim, um parlamento europeu radical poderia colocar a EU em pé-de-guerra com os governos nacionais e ampliar a desilusão dos eleitores com o projeto de integração.

3) Índia – eleição geral

A maior democracia do mundo, com cerca de 788 milhões de eleitores, vai às urnas no primeiro semestre de 2014, obrigatoriamente antes de 31 de maio. Manmohan Singh, primeiro-ministro desde 2004, anunciou em 3 de janeiro que não estará à frente de seu partido, o Congresso Nacional Indiano, nas eleições. Essa missão deve caber a Rahul Gandhi (sem relação com o líder pacifista Mahatma Gandhi), cuja família controla o partido há décadas e busca agora livrar a legenda da imagem de corrupta adquirida nos últimos anos.

O grande adversário do Congresso Nacional Indiano será o partido Bhartiya Janata, comandado pelo líder nacionalista Narendra Modi e que conseguiu importantes vitórias em recentes eleições regionais.

Outra força importante nas eleições deve ser o partido Aam Aadmi, liderado por Arvind Kejriwal e fundado sobre uma plataforma anticorrupção. Criado em 2012, o partido obteve o segundo lugar nas eleições de Nova Délhi, a capital da Índia, resultado que catapultou a legenda para o cenário nacional.

4) Colômbia – eleição geral

Em março, os colombianos elegem um novo Congresso. Dois meses depois, voltam às urnas para o pleito presidencial. Juntas, as duas eleições devem institucionalizar a polarização política que configura o cenário colombiano nos últimos anos.

A estrela das eleições legislativas deve ser o ex-presidente Álvaro Uribe, linha-dura que se opõe ao acordo de paz com os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Uribe vai encabeçar a lista de senadores de seu partido e deve ser eleito com facilidade. No pleito presidencial, Juan Manuel Santos, candidato da coalizão Unidade Nacional, buscará a reeleição e é o favorito. O candidato presidencial de Uribe deve ser o ex-ministro da Fazenda Óscar Iván Zuluaga, que por enquanto parece ter poucas chances.

5) África do Sul – eleições gerais

Em 2014, pela quinta vez desde o fim do regime segregacionista do Apartheid e pela primeira vez após a morte de Nelson Mandela, a África do Sul vai às urnas escolher um novo Parlamento e um novo presidente. O Congresso Nacional Africano, o partido de Mandela, é liderado pelo atual presidente do país, Jacob Zuma, um líder controverso que aposta na história do partido para superar as denúncias de corrupção e o aumento da desigualdade social para se reeleger.

O domínio do CNA sobre a política sul-africana, entretanto, não é mais uma certeza. O principal adversário do partido deve continuar a ser a Aliança Democrática, fundada a partir da luta dos brancos contra o Apartheid e liderada pela ex-prefeita da Cidade do Cabo Helen Zille. Ataques duros ao CNA devem partir do Guerreiros da Liberdade Econômica, sigla formada por Julius Malema, ex-líder da Juventude do CNA. Outros partidos fundados por ativistas anti-Apartheid, como o Agang e o África do Sul em Primeiro Lugar, podem surpreender e romper com o domínio do partido de Mandela.

A África do Sul é observada de perto pois apesar de todos os seus problemas é um raro bastião de democracia no continente africano.

6) Líbia - eleição constituinte

Em fevereiro, os líbios escolhem 60 representantes da Assembleia Constituinte, grupo que terá a missão de criar o documento base do país. A tarefa não será fácil, pois será preciso conciliar os interesses das três províncias que formam o país (Tripolitânia, Cirenaica e Fezan) além das diversas minorias líbias.

O trabalho constituinte será supervisionado pelo Congresso Nacional Geral, instância máxima política da Líbia, que em dezembro estendeu seu próprio mandato por mais um ano. A extensão foi necessária pois o Congresso interino não conseguiu cumprir sua escala de trabalho, que deveria terminar no começo de 2014 com o referendo constitucional e eleições legislativas. A expectativa de observadores da Líbia gira em torno da capacidade que o parlamento, dividido entre seculares e adeptos do islã político, terá para controlar o processo constituinte e a onda de violência iniciada por milícias armadas que atuaram na derrubada de Muammar Khadafi, em 2011.

7) Indonésia – eleição presidencial

Assim como o Brasil, a Indonésia tem uma plataforma de exportação baseada em commodities. O país, assim, se beneficiou tremendamente da alta dos preços de produtos como carvão, borracha e minerais após a crise iniciada em 2008. Com a queda das commodities nos últimos anos, uma infraestrutura atrasada e uma indústria fraca, a economia da Indonésia vem experimentando dificuldades recentemente.

É neste cenário que o país vai às urnas em julho para eleger o sucessor de Susilo Bambang Yudhoyono, atual presidente, que não pode mais se candidatar. O Partido Democrático, do atual presidente, não conseguiu formar um líder capaz de seguir seus passos e deve ter muitas dificuldades no pleito. Isso deve abrir espaço para o Partido Democrata da Indonésia-Luta, cuja provável candidato, Joko Widodo, aparece como um dos favoritos.

Além de ser uma importante economia emergente e ter a quarta maior população do mundo, a Indonésia é observada de perto pelos analistas pois é, ao lado da Turquia, um dos únicos países de maioria muçulmana onde vigora um regime democrático.

8) Uruguai – eleição geral

Eleito em 2009, José Mujica, o homem que vem redefinindo a esquerda latino-americana, não poderá concorrer a um novo cargo de presidente do Uruguai no pleito de outubro. Ainda assim, a Frente Ampla, sigla que em 2005 rompeu o domínio dos partidos Colorado e Nacional na política uruguaia deve continuar no governo. Segundo as pesquisas mais recentes, a FA lidera a corrida presidencial (superando 40% das intenções de voto) com qualquer um dos candidatos que apresente: a senadora Constanza Moreira ou o antecessor de Mujica, Tabaré Vázquez. A oposição, entretanto, conta com um desgaste de quase dez anos de governo da Frente Ampla e pode aproveitar o significativo número de indecisos (que chegam a 15%) para retomar o poder.

José Antônio Lima – CartaCapital

Trabajadores secuestran a directivos de fábrica de Goodyear en Francia

Trabajadores de una fábrica estadounidense de neumáticos Goodyear en Francia mantienen secuestrados este martes a dos directores de la planta, que la empresa tiene previsto cerrar este año.

Dos directivos de la fábrica de neumáticos Goodyear Amiens-Nord, ubicada en el noroeste francés, continuaron secuestrados este martes por trabajadores de la planta quienes reclaman una negociación de las condiciones de despido de la plantilla.

Se trata del director de recursos humanos, Bernard Glesser, y de Michel Dheilly, jefe de producción de la planta, cuya dirección comunicó que no está dispuesta a acceder a negociación alguna mientras se mantenga esa situación.

La acción de los trabajadores, que pretenden obtener mejores condiciones de despido para los mil 200 empleados cuyos puestos de trabajo están amenazados, ha sido motivo de reacciones encontradas en medios políticos y sindicales.

Mientras que el exprimer ministro conservador Jean-Pierre Raffarin pidió "firmeza" y respeto al "estado de derecho", el líder sindical de Fuerza Obrera (FO), Jean-Claude Mailly, admitió que el método elegido para forzar la negociación "no es el bueno", pero agregó que "tampoco esto es un drama".

El gigante estadounidense Goodyear Dunlop cuenta con cuatro plantas en Francia. La principal es la de Amiens-Norte, que emplea a mil 173 personas.

La dirección de la empresa anunció a finales de enero de 2013 su intención de cerrar la fábrica de Amiens-Nord.

El pasado noviembre la empresa estadounidense Titan International se mostró dispuesta a salvar la planta, con la condición de que se despidiera a todos los trabajadores, aunque posteriormente propuso asumir la producción de neumáticos agrícolas, que garantizaría algo más de 300 de los mil 200 empleos de la fábrica.

Sin embargo, el potencial comprador estadounidense puso como condición que los trabajadores y la dirección se pusieran de acuerdo sobre las condiciones de cierre de la planta.

teleSUR- AFP-EFE/ao - FC

Organizado por Ernesto Germano